



# Anais da Assembléia

Nº 95

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1.979.

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1.979

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (51), achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves e Romero Filho (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 116/79, que cria Distritos Administrativos de Vila Diniz, Nova Altamira e Cruzmalina, no Município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Sr. LÉO ZAPPE, ocorrido em data de ontem, na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO CAXAMBU, ocorrido na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM o mais profundo voto de pesar pelo falecimento do Sr. AGOSTINHO IVANOSKI, ocorrido ontem, na cidade de Campo Largo.

O extinto era natural daquela cidade, onde gozava da maior estima de tantos quantos o conheciam. De família tradicional e dotado de um excelente caráter, deixa uma grande lacuna o seu infausto desaparecimento.

Outrossim, que se dê conhecimento aos seus familiares, à Rua Xavier da Silva, na cidade de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1979.

(aa) CARLOS ZANLORENZI  
NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulações à REDE CAPITAL DE JORNALISMO (RÁDIO CAPITAL), pela excelente cobertura, a maior em todos os tempos na rádio-difusão brasileira, quando da votação do PROJETO ANISTIA, no dia de ontem (22/08/79).

Os cumprimentos à Rede deverão ser feitos através do Sr. DORIVAL CELBACH, Diretor de Jornalismo da Rádio Capital, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

O rádio exerce função importante em todos os setores da vida. Hoje, quando a política brasileira toma novos rumos, a Rádio Capital sai na frente, dando aos eventos políticos as coberturas de maior seriedade, mais objetiva e, imparcialidade, que dignificam os profissionais da informação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. Dr. JUSTINO ALVES PEREIRA, pela sua eleição para a presidência nacional das APAES.

O ilustre médico, que já foi Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Secretário de Estado, tem desenvolvido extraordinário trabalho em prol das APAES, razão pela qual sentimo-nos grandemente honrados pela sua investidura.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado conhecimento a Sua Senhoria, na cidade de Ibiporã - PR.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1979.

(a) ROSÁRIO PITELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa, de um VOTO DE RECONHECIMENTO do povo do Paraná ao grande Estadista brasileiro que, tragicamente, desapareceu em acidente auto-

mobilitário, no dia 22 de agosto de 1.977.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa, à família do Ilustre ex-Presidente.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos tido, no exercício de nosso mandato de Deputado, também a preocupação de registrar acontecimentos importantes e de lembrar e reverenciar a existência de homens que fizeram a história do Brasil.

E se assim procedemos é em virtude de reconhecimento a figuras ilustres que dedicaram suas vidas em favor do desenvolvimento da Nação.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados falamos do grande brasileiro ex-Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK.

Antes de entrarmos nos méritos das realizações de KUBITSCHEK na Presidência da República, queremos registrar algumas datas importantes da vida de JUSCELINO.

1.902 — Nasceu na pequena Cidade de Diamantina, onde iniciou seus estudos, tendo mais tarde, na Universidade Federal de Minas Gerais concluído o curso de Medicina.

1.930 — Partiu para a Europa, onde se aperfeiçoou no HOSPITAL COCHIN, tendo como incentivo as melhores notas do curso, seguindo daí para Berlim estagiando no CHARITÉ, um dos maiores hospitais do mundo.

1.934 — Foi eleito Deputado Federal pelo seu Estado, exercendo o mandato até 1.937, quando voltou às atividades profissionais, as quais deixou novamente, para em 1.940 tomar posse como Prefeito de Belo Horizonte, e com uma brilhante administração legou ao povo da Capital mineira obras importantes que estão presente até hoje na bela paisagem daquela cidade.

Foi eleito Deputado à Assembléia Constituinte, por Minas Gerais e Governador do mesmo Estado, em 1.950.

Através de suas realizações no Governo do Estado, e pelo seu espírito público junto com sua capacidade de administrador, com bases fundamentadas no combate ao subdesenvolvimento econômico com a utilização do nosso potencial, apresentou-se então, à Nação, como homem capaz de assumir a Presidência da República.

A 31 de janeiro de 1.956, toma posse o novo Presidente. Embora a situação financeira do Brasil fosse má, o Governo de JUSCELINO empenhou-se em atrair capitais estrangeiros e em incrementar fortemente o desenvolvimento das indústrias, em particular a indústria automobilística. De suas obras mais notáveis salienta-se a construção de Brasília, que a partir de 21 de abril de 1.960, passou a ser a Capital do Brasil.

Foram, no Governo de JUSCELINO, abertas importantes rodovias, tais como a FERNÃO DIAS, a BELÉM-BRÁSILIA, a BRÁSILIA-ACRE, e ainda a BR-116, que em apenas dois anos tornou realidade os sonhos do Sul do Brasil interligando a região através de uma estrada que até hoje se apresenta como principal artéria rodoviária.

No campo energético KUBITSCHEK deu prioridade também aos empreendimentos hidrelétricos, com a construção das USINAS DE TRÊS MARIAS e DE FURNAS. Deu ênfase muito especial ao transporte ferroviário, possibilitando o transporte de grande volume de mercadorias e um custo menor, concorrendo desta forma com outros países, principalmente na exportação de minérios.

As grandes realizações de JUSCELINO na Presidência da República, sempre se fizeram acompanhar por um clima de paz social, liberdade e segurança do povo brasileiro.

Internacionalmente, a política brasileira no Governo de KUBITSCHEK, foi de concórdia e cooperação, sem problemas que inquietassem ou colocassem em dúvida a soberania

nacional.

Internamente, a crise permanente, peculiar aos países em desenvolvimento, se harmonizou com as promessas e as realidades de uma civilização que venceu grandes etapas na história e se apresentou em condições sadias de afirmação e continuidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje em homenagem ao ex-Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, que tragicamente perdeu a vida num acidente de automóvel, a 22 de agosto de 1.977, perdendo o País um homem público dos mais notáveis de sua história, fazemos o presente requerimento com o sentido de manter sempre presente a imagem daqueles que fizeram a história desta grande Nação brasileira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições, atendidas as formalidades legais, REQUER um voto de congratulações aos democratas que, no Congresso Nacional, votaram pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, em número de 195, entre eles 12 arenistas.

Tal atitude demonstra que a ação dos verdadeiros democratas do País poderá, aos poucos, mudar a trajetória da nossa História, transformando o povo como seu único agente.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, na forma regimental, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão de Deputados para participar do II CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, a ser realizado pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ entre os dias 12, 13 e 14 de setembro do corrente ano, na Cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979.

(aa) PINTO DIAS e

TÉRCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento de todos, a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ estará realizando entre os dias 12, 13 e 14 de setembro do corrente ano, o II CONGRESSO ESTADUAL DOS MUNICÍPIOS, na Cidade de Foz do Iguaçu.

Trata-se de um importante conclave onde estarão representados praticamente todos os municípios paranaenses, discutindo assuntos de mais alta importância para o nosso Estado.

E, quando se reúnem as mais lídicas lideranças de nosso Estado, nada mais justo do que esta egrégia Casa enviar também, os seus representantes, através de uma Comissão, que, de perto, estará sentindo o pulsar dos mais nobres anseios do municipalismo paranaense.

Pelos motivos acima expostos, temos certeza de que o presente requerimento terá a melhor acolhida por parte dos ilustres Membros desta colenda Casa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Rádio PAQUERÉ de Londrina, através de seus diretores, Senhores RICARDO SPINOSA e D. B. FARIA, contendo votos de congratulações pela inauguração de suas novas dependências, localizada à Avenida Higienópolis n.º 2.100, na Cidade de Londrina, na data de hoje.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979.

(a) LÁZARO DUMONT.

## JUSTIFICATIVA:

Funcionando há mais de 20 anos, a Rádio PAIQUE-RE de Londrina, tem levado a centenas de milhares de ouvintes, uma seleção de bons programas, tanto musical, noticioso, como esportivo, sempre procurando manter em seus quadros, funcionais, os melhores profissionais, e de uma respeitabilidade acima de quaisquer suspeitas. O que nos leva também, trazer este requerimento à apreciação desta Casa de Leis, é o fato desta Emissora ser uma das grandes incentivadoras de nosso folclore, mantendo programações sertanejas, dando grandes chances à assensão de artistas locais e de todo o Norte paranaense, com programações ao vivo, além da divulgação da nossa boa música brasileira, esportes e notícias, mantendo seus ouvintes sempre bem informados, com as melhores notícias, dentro de um padrão que lhe é peculiar.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Instituto de Previdência do Estado - I.P.E. -, solicitando a instalação de uma agência do referido órgão, na cidade-sede do Município de Rolândia.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979.

(aa) WALDYR PUGLIESI e  
JOSÉ TAVARES.

## JUSTIFICATIVA:

Desnecessário salientar que a descentralização dos serviços públicos atinentes, principalmente ao setor previdenciário, é medida deveras necessária e imprescindível para suas agilizações e objetivo cumprimento de suas finalidades.

O Município de Rolândia, no Norte do Estado, polariza importante área produtiva na região, ressaltando-se seu elevado contingente populacional.

No entanto, são notórias as dificuldades vividas pelos servidores públicos carentes dos benefícios do IPE, pela obrigatoriedade de locomoção até localidades vizinhas.

É esta a justificativa que apresentamos, pretendendo, através dela, sensibilizar a Superintendência do IPE, no sentido de que a mesma providencie a instalação de uma agência na Cidade de Rolândia.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Gilberto Geraldo Garbi, MD. Diretor-Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR -, solicitando a instalação de um MONOCANAL TELEFÔNICO para o Distrito de Prado Ferreira, Município de Mirassol.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979.

(a) WALDYR PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

A população do Distrito de Prado Ferreira, do Município de Mirassol, tem padecido muito pela não existência de serviço telefônico no local.

Moradores do populoso distrito vem reclamando de há muito pela instalação dos serviços telefônicos da TELEPAR. Não se concebe que toda uma laboriosa comunidade fique privada de tão importante serviço público.

Nos casos extremos de doenças e de atividades que requerem urgência para a execução das mesmas é que se nota a premente necessidade da presença da telefonia em Prado Ferreira.

Uma extensa relação de moradores tem expressado reiteradas vezes, a disposição de arcar com todas as despesas

decorrentes da instalação de linhas telefônicas.

Mas, se não existir, de momento, possibilidade da instalação de uma Estação Telefônica, acredito que os moradores de Prado Ferreira se dariam por satisfeitos com a instalação de um MONOCANAL TELEFÔNICO.

## PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 120/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Creche SANTA RITA DE CÁSSIA, de Campo Mourão, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

## JUSTIFICATIVA:

A Creche SANTA RITA DE CÁSSIA de Campo Mourão, com sede na cidade do mesmo nome, é uma Associação Civil, de caráter assistencial e filantrópico, sem intuito lucrativo e com duração indeterminada.

Tem como fins:

- a)- receber durante o dia, os filhos de mães que precisam trabalhar fora do lar;
- b) - dar assistência médica e social aos que estão sob seus cuidados;
- c) - concorrer para a formação integral da criança, mantendo para isso, cursos: Maternal e Jardim da Infância.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes).

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa, um requerimento assinado por diversos Deputados, formulando apelo ao Sr. Governador, no sentido de que envie um aditivo à mensagem sobre a estabilidade do Professor Suplementarista, melhorando a mensagem, principalmente àqueles que há poucos meses conseguiram um padrão, e que se vêem impedidos de participar desse quadro da estabilidade. O requerimento é nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

SUGERIR AO GOVERNADOR DO ESTADO, O ENVIO DE MENSAGEM ADITIVA A DE N.º 72/79, VISANDO ATENDER AOS SEGUINTE ITENS:

1. Assegurar ao professor que já tem vínculo com o Estado, o direito de se manifestar dentro de determinado prazo, pelo ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, desde que solicite exoneração do cargo que ocupa;
2. Facultar ao professor, para fins de enquadramento nas diferentes cargas horárias, optar entre o número atual das aulas que ministra e a média das designadas nos vinte e quatro meses anteriores à data da lei;
3. Integrar, desde logo, as diferenças mensais referidas no § 1.º, do artigo 3.º do anteprojeto original, adequando-se a tabela de vencimentos proposta para os professores, de modo que lhes fique assegurada a exata remuneração resultante da carga horária, em função do atual valor da hora-aula.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, DAVID CHERIEGATE, DAVID FEDERMANN, JOSÉ DOMINGOS, EGON PUDELL, AIRTON CORDEIRO, LÁZARO DUMONT, VALDUGA, RENATO BERNARDI, NELSON BUFFARA, ROSÁRIO PITELLI, WERNER WANDERER, TERCIO ALBUQUERQUE,

BASÍLIO ZANUSSO, JURANDIR MESSIAS, ERONDY SILVÉRIO, AUGUSTO CARNEIRO, FABIANO BRAGA CÔRTEZ, FUAD NACLI, PALÁCIO, JOÃO MANSUR, EZEQUIAS LOSSO, AGUINALDO PEREIRA LIMA, CYRO MARTINS, GABRIEL MANOEL, PINTO DIAS, QUIESE CRISÓSTOMO e duas assinaturas ilegíveis.

Mas, Sr. Presidente, venho também à tribuna, hoje, para formular um apelo ao Sr. Diretor do DETRAN, no sentido de que passe a aderir, também, à campanha de desburocratização no País, porque estamos vendo a portaria baixada há poucos dias, a qual vem criar mais dificuldades para habilitação do motorista, principalmente às pessoas do interior, que têm que descolar-se à Capital para tirar o seu atestado de antecedentes, e, não bastasse essas dificuldades, agora vem ainda exigir a conta de luz, água ou telefone, para ser provada a residência do interessado na habilitação como motorista. O agricultor que não tem os benefícios de água, luz e telefone, está impedido de tirar a sua carta de motorista, porque o atestado de residência não é suficiente.

O que nós achamos, na verdade, é que a carteira de habilitação deveria ser expedida até sem o exame, como se faz em outros Países, e com a agravante, na primeira falha do motorista, seria recolhida a carta e um prazo determinado, para que ele pudesse depois se submeter a exame.

Porque o que nós vemos é que essa exigência é para dificultar mesmo e que hajam os intermediários para subornar e dificultar, cobrando mais caro na habilitação do motorista, cujo requerimento passo a ler, nos seguintes termos: (Lê): "Senhor Presidente.

Em época passada para habilitar-se à condição de motorista, bastava ao interessado juntar ao processo respectivo, junto ao DETRAN, um atestado de residência.

Essa exigência foi alterada e muitíssimo ampliada, pois hoje se exige do candidato a motorista a apresentação de atestado de antecedentes e contas de água, luz ou telefone.

É notória a dificuldade que pode decorrer dessa exigência, principalmente para pessoas residentes no interior, forçadas a se deslocar a Curitiba para obter atestado de antecedentes, quando não importa numa impossibilidade de atendimento, como no caso do interiorano que não dispõe de luz, água ou telefone, fica excluído da possibilidade de tirar sua carteira de motorista.

O retorno ao passado, no caso, voltando-se a exigência apenas do atestado de residência representaria oportuna, cabível e justa, por representar um benefício de ordem pública e importar numa desejável colaboração ao empenho geral, hoje vigente, de desburocratização. Esse empenho, aliás, está caracterizado no "painel" que a Secretaria da Administração promoverá no dia 28 próximo, denominado "Diretrizes e ações para desburocratizar o Poder Público", ao qual poderia aderir o DETRAN.

Em vista do exposto, encaminho à Mesa, para que submeta à consideração do Plenário,

#### REQUERIMENTO

encaminhando ao DETRAN apelo no sentido de que seja dispensada, para obtenção de carteira de motorista, a exigência de apresentação de atestado de antecedentes e contas de luz, água ou telefone, substituídas pela apresentação de atestado de residência."

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1979.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

"GETÚLIO VARGAS —  
UM BRASIL PARA OS BRASILEIROS

#### 25 ANOS DE LUTO

O governo de GETÚLIO VARGAS, sempre distinguido pela igualdade de tratamento aos Governadores de todos os Estados brasileiros, deu ao Paraná, durante o governo do saudoso Governador BENTO MUNHOZ DA ROCHA, o devido apoio à sua administração. E com essa introdução queremos reafirmar mais uma vez a verdade sobre a eminente figura do ex-Presidente VARGAS.

O Brasil vinha conseguindo se posicionar como Nação em desenvolvimento, sem impor ao povo brasileiro, sacrifícios extremos, e ao deixar a vida para entrar na história no fatídico dia 24 de agosto de 1954, por não compartilhar com os entreguistas anti-nacionalistas, VARGAS deixou ao País uma diretriz administrativa fundamentada num plano desenvolvimentista que assegurava o bem-estar do povo brasileiro e a soberania nacional.

A dívida externa do Brasil insignificante no final do governo de VARGAS, atinge hoje níveis que podemos classificar como astronômicos, ultrapassando já a casa dos 50 bilhões de dólares, sufocando totalmente a economia do País que ora arrasta-se num caminho dos mais difíceis. Com uma balança de pagamentos deficitária, mais em virtude dos juros pagos pelos empréstimos externos adquiridos sem critério do que pela crise do petróleo, tema largamente usado para justificar os erros do denominado "milagre econômico brasileiro", tão defendido pelos homens da Revolução de 64.

Cabe a VARGAS, o reconhecimento do povo brasileiro pelas instituições sociais existentes no País, pois foi ele que sensível aos problemas dos trabalhadores brasileiros que amparou a classe trabalhista, criando leis sociais que asseguram até hoje aos homens que fazem o progresso desta Nação, as garantias mínimas de sobrevivência, e, lamentavelmente algumas dessas garantias foram tiradas dos trabalhadores com a instituição do FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO, que veio declarar a instabilidade no emprego, favorecendo mais as grandes empresas multinacionais do que o próprio trabalhador, que amparados nessa nova legislação efetuam e reicindem contratos de trabalho sem se preocuparem com a figura humana e para isso não se importam se o trabalhador despedido tem condições de conseguir nova colocação em outro emprego, e o problema se agrava ainda mais quando esse trabalhador despedido tem mais de 40 anos, com prejuízos incalculáveis, porquanto o homem aos 40 anos está em plena capacidade produtiva, que além do vigor físico, tem a seu favor a experiência acumulada de muitos anos de atividade. Mas, o que realmente interessa a essas grandes empresas é o lucro abundante colocado acima de todas as coisas.

VARGAS atento aos problemas mundiais e antevendo para o futuro a possibilidade de crise no setor energético convencional, especificamente no tocante ao petróleo, criou pelo Decreto n.º 3.004 a PETROBRÁS, empresa estatal com monopólio no setor de prospecção de petróleo no Brasil. Deu ênfase especial a essa empresa, que teria no futuro um papel vital para a soberania da Nação. E, se essa empresa continuasse recebendo a orientação deixada por VARGAS, seria hoje a PETROBRÁS o sustentáculo do País e não estaríamos sofrendo o terror da falta de combustível que para a dimensão continental brasileira se constitui para a própria sobrevivência da Nação o mesmo o que representa o sangue para o homem que em quantidade insuficiente debilita e mata.

Não se pode falar em crise de energia, quando há petróleo abundante pelo nosso mundo. Muito pelo contrário, ele está aí, farto, pronto para ser aproveitado, bastando que se castre a corrupção que assalta os vários postos do Poder. Basta que nasça - como nos esportes, principalmente no futebol o nacionalismo.

Foram os entreguistas brasileiros que atrofiaram a PETROBRÁS; não deram sequer a possibilidade de que essa

empresa pudesse desenvolver seus trabalhos de pesquisa. Tiraram a vida da PETROBRÁS e presentearam de forma repugnante às multinacionais que vêm nos explorando, que continuam nos roubando, remetendo aos seus países de origem, lucros fantásticos vergonhosamente permitidos pelo "milagre econômico brasileiro", através de medidas criadas e adotadas para benefício, menos dos brasileiros, menos do Brasil.

E é, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nesta hora que sentimos mais profundamente saudades daquele verdadeiro estadista brasileiro, morto pelo entreguismo, homem que valorizou o homem acima de todas as coisas, sem contudo dilapidar a Nação, sem sangrar a economia brasileira hoje agonizante, com uma hemorragia incontrolável devido a operações desastrosas pelo desconhecimento total da técnica cirúrgica e pelo emprego de métodos improvisados e anti-nacionalistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que convivemos com o ex-Presidente Vargas, que aprendemos a fazer política no seu ideal de nacionalista, nós que ingressamos no antigo Partido Trabalhista em 1.946, não podemos, no dia de seu nascimento e de seu suicídio, deixarmos de falar em Getúlio Vargas.

Tenho a impressão que alguns de nossos Colegas vão dizer: "O Deputado Scaramella nunca deixa de falar no dia do nascimento e falecimento de Getúlio Vargas".

Mas, acho que é um mérito, para nós que somos políticos há trinta anos não esquecer essa figura.

Deixamos aqui nosso apelo e pedimos a Deus que as autoridades constituídas de hoje, com a anistia aprovada, ontem, em parte, pelo Congresso Nacional, ilumine nossas autoridades, que iguale, ao menos em parte, as qualidades nacionalistas de Getúlio Vargas: a serenidade, a tranquilidade. Porque, embora governando este País por quinze anos, num regime diferente da democracia, mas àquela época onde era um regime que dizíamos ditadura, naquela época tínhamos mais liberdade do que tivemos até a data de ontem.

Esperamos nós, com o decorrer do tempo, e que Deus nos ilumine, peço novamente, aos nossos homens que estão à frente dos nossos Governos, para darem melhores condições de vida à nossa população e ao nosso povo, para o engrandecimento do nosso Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Curitiba ontem, conheceu mais um ato de arbitrariedade policial. Prisões efetuadas no Colégio Estadual do Paraná, geraram um grande tumulto naquele estabelecimento de ensino e deste episódio, acredito que até fatos positivos possam ter ficado, porque uma vez mais usando a arbitrariedade, torno a repetir, os órgãos policiais adentraram aquele estabelecimento de ensino, para efetuar prisões de menores. Mas o fato positivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ficou desse lamentável e triste acontecimento, foi a solidariedade juvenil, a solidariedade que uniu aqueles meninos ainda, de 14, 15 e 16 anos contra a repressão que se estava fazendo naquele Colégio Estadual. Não vamos discutir aqui quais os pretextos que levaram os policiais àquele estabelecimento de ensino, mas temos que deixar aqui o nosso repúdio, principalmente àquilo que está se pretendendo fazer, se baseando numa lei fascista, estão querendo fazer agora com que esses colégios, designem elementos de sua confiança para fazerem cursinhos dentro dos órgãos policiais, para depois a pretexto os mais mentirosos possíveis, fazer a repressão inclusive em cima de menores. Essa repressão que muitas vezes era feita sem ser rebatida pelos jovens, mas neste episódio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficou bem clara a vontade do estudante brasileiro, de resistir a esses atos

de arbitrariedade dos policiais.

Efetuaram a prisão de um menor, e quando se verificou a atitude de defesa de um companheiro, os policiais foram impedidos de sair do estabelecimento por uma ação conjunta daqueles alunos e não pararam diante da muralha humana que eles tinham feito, colocando-se sentados à frente da viatura e tocaram o veículo, uma Brasília desbaratinada, como dizem na gíria policial, por cima daquelas crianças, e dois deles, foram feridos, mas houve um ato de bravura desses meninos.

E o que nós temos a dizer de tudo isso, Sr. Presidente, é que a repressão que se instalou neste País, vindo de cima para baixo, para tolher a luta de libertação do homem brasileiro, está se repetindo em todos os quarteirões deste País. Qualquer policial arvora-se em grande autoridade para efetuar prisões, para cometer injustiças contra aqueles meninos. Revólveres foram sacados pelos policiais na frente de todos os estudantes e nós aqui estamos nos lembrando de um episódio, de há pouco ainda quando um policial sacou de uma arma e assassinou um jovem em um campo de futebol, e isso poderia ter acontecido na manhã de ontem, como nos foi relatado, pessoalmente por aqueles meninos que viveram esses tristes episódios na manhã de ontem.

Esgotado o meu tempo, muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A cada dia que passa, Cascavel e toda a Região Oeste mais clama por soluções aos diversos crimes praticados e ainda não elucidados.

Presentemente, companheiros oestinos têm demonstrado inquietação ante o assassinato do jornalista Antônio Heleno, crime hediondo a denegrir todo o Paraná. E, ao tratar deste assunto, o faço também em atenção aos pedidos que acaba de fazer o ilustre Colega de bancada Fidelcino Tolentino, que encontra-se em Cascavel, para melhor posicionar-se e agir no caso em referência, e que telefonicamente solicitara essa nossa intervenção.

Assim, cabe-nos transmitir a preocupação que se generaliza na região inteira, solicitando às autoridades competentes conforme palavras do próprio Deputado Fidelcino Tolentino, hoje pela manhã, nos foi transmitida, para que as autoridades competentes promovam a nomeação de um Promotor Público especial, para bem acompanhar o caso. Além do mais, nos informava o Deputado de que as Secretarias da Justiça e da Segurança e o próprio Governo do Estado precisam urgentemente dar maiores condições de trabalho para o Delegado Raimundo Nonato Siqueira, que acompanha a ação policial, pois está em dificuldade, inclusive para acionar os seus dispositivos de instrumentação de ação policial, até de combustível para o desenvolvimento da atividade.

Acresce-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ser sensível a insegurança que rodeia o próprio delegado, pois a violenta e sanguinária atitude do ou dos criminosos de Antônio Heleno, ou até a mando de quem agiram, poderá pretender obstaculizar o desenvolvimento ideal da apuração dos fatos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, transmitimos aqui, principalmente em nome do Deputado Fidelcino Tolentino, a crescente inquietação daquele povo, que ontem, tendo à frente jornalistas locais, promoveu demorada passeata protestando ante a existência de inúmeros crimes insólveis, bem como para que a urdida trama e o abominável homicídio de Antônio Heleno seja urgentemente esclarecido.

Também, Sr. Presidente, outros jornalistas, outros homens da imprensa da região estão sendo ameaçados, sob o estúpido véu do anônimo, gerando ainda maior intranquilidade.

**TODOS OS DESTINOS EXIGEM DAS AUTORIDADES UM COMPLETO ESCLARECIMENTO** quanto à criminalidade que se multiplica na região, onde parece que o crime organizado tragicamente compartilha em crescimento com a evolução econômica daquele extremo do Paraná".

Oxalá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as autoridades, efetivamente, neste aspecto ponderem e atendam esta solicitação que por nós faz o Deputado Fidelcino Tolentino, para que um promotor especial seja designado e ainda mais, para que o Delegado Raimundo Nonato Siqueira, que está acompanhando a ação policial do caso, seja melhor instrumentado para o desenvolvimento do seu trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estas as considerações que traríamos neste aspecto. E também, rapidamente, ainda, em outro assunto, gostaríamos de encaminhar à Presidência, uma emenda ao projeto de criação da FIDEPAR, para que seus Estatutos sejam aprovados pela Assembléia Legislativa, constando tal emenda onde couber.

Esta solicitação, este requerimento e esta emenda, objetiva sim, que a Assembléia Legislativa, ao menos quanto à espinha dorsal desta nova Fundação, tenha um mecanismo de controle popular e democrático mais eficiente.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Francisco Beltrão e Pato Branco representam hoje dois dos maiores pólos de desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Paraná, fruto do trabalho constante de sua laboriosa gente, nem sempre - e disso muitos tem conhecimento - em condições materiais das mais favoráveis.

Atualmente, com o problema da legalização de terras em sua maior parte já solucionado e razoavelmente servidos por rodovias, algumas delas, inclusive já asfaltadas, o Sudoeste do Paraná substituiu a antiga riqueza representada pelos seus extensos pinheirais, por uma suinocultura moderna e uma expressiva produção agrícola, em particular de cereais.

Reconhecemos o quanto já foi feito pela região que nesta Casa temos a honra de representar, mas ocupamos hoje esta tribuna para uma reivindicação das mais importantes, em termos sócio-econômicos. A presente solicitação é esponsada, em conjunto, pelas autoridades dos Poderes Executivos e Legislativos, bem como pelas associações de classe, dos Municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão.

Trata-se da estadualização de um trecho de cerca de 30 km, que compreende da Rodovia Estadual Pato Branco-Itapejara d'Oeste PR-469, passando pela sede do Distrito de Bom Sucesso, ligando com o Distrito de Jacaré, no Município de Francisco Beltrão até a cidade do mesmo nome.

A presente solicitação, entendemos, justifica-se por atender reclamos de ordem social, econômica e mesmo técnica.

A região cortada pela estrada que hoje reivindicamos seja estadualizada, de população já numerosa, possui inegavelmente, além da suinocultura, uma invejável produção de cereais, em particular soja, feijão, milho e trigo. É também, servida pelos distritos rodoviários de Pato Branco e Francisco Beltrão, ambos com estruturas suficientes para atender a supra mencionada rodovia.

Por se tratar de medida que irá facilitar sobre maneira a locomoção de milhares de paranaenses que labutam no Sudoeste deste Estado e, principalmente, facilitará o escoamento da produção - incentivando ainda mais o já marcante progresso desta região do Paraná -, solicitamos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que se efetive a estadualização do percurso da hoje rodovia municipal, Pato

Branco a Francisco Beltrão, passando pelos Distritos de Bom Sucesso e Jacaré.

Era o que tínhamos a reivindicar, esperando contar como sempre, com a receptividade e o apoio desta Casa." (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

"É com real prazer que hoje ocupo esta tribuna, para patenteiar, nos Anais da Casa, uma iniciativa sobejamente feliz, da Sociedade Thalia. Esta tradicional Sociedade paranaense vem, no decorrer de seus 97 anos de existência, dando aos seus filiados todo o instrumental necessário para, no esporte, lazer e cultura, seus associados aprimorarem-se. Foi dentro deste espírito altruísta e, sobretudo, dentro deste induscutível espírito histórico-patriótico, que esta sociedade, resolveu conferir ao Governador Ney Braga, um Título de SÓCIO HONORÁRIO. Convém lembrar, Sr. Presidente, que quase num século de existência, esta é a segunda vez que se confere tal título. Destarte, esta é uma homenagem que, prestada de meio em meio século, veio recair exatamente sobre um dirigente público, que em sua diretriz de governo, colocou o bem-estar dos homens, na mais alta e maior estante suas preocupações.

A escolha, foi aprovada unanimemente, pelo Conselho Deliberativo, da Sociedade Thalia. Eis um reflexo inconfundível de que o atual Chefe do Executivo Paranaense está se fazendo ouvir em suas conclamações, sempre em intrépida defesa de nosso Estado.

A escolha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é inteiramente justa e oportuna, porque é voltada a um homem que vem empenhando todos os seus esforços em prol de um Paraná melhor, de um Paraná mais rico e humano.

Conferir uma homenagem desse porte, ao Sr. Ney Braga, é prova irretorquível, que se está sintonizado com a voz do nosso Estado.

Sr. Presidente, é por esses e outros motivos que o tempo não permite mostrá-los, que requeiro à Mesa, na forma regimental, um voto de aplauso à Sociedade Thalia."

Tenho dito. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Há poucos dias, ocupamos esta tribuna para, com fundamentos, trazer considerações quanto ao comportamento do atual Superintendente do INPS deste Estado.

Referia-me, na ocasião, a respeito do descredenciamento do representante do INPS da Cidade de Ubatã, do Sr. Conrado Álvaro Penafiel, através do Escritório Contábil Penafiel, daquela cidade.

Dias após a nossa fala nesta Casa, para tristeza nossa, ouvíamos ou líamos através de conceituado jornal "O Estado do Paraná", resposta formulada pelo atual Superintendente do INPS deste Estado, Cleverson Marinho Teixeira, dizendo em alguns tópicos de sua entrevista, é evidente que primeiro tenho de ouvir os políticos de meu partido, a ARENA, que é majoritário.

No entanto, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, a ARENA de Ubatã não foi ouvida. Os representantes daquela comuna não foram escutados. Tanto é verdade, que temos em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um ofício encaminhado no dia 29 de julho de 1979, ao Dr. Cleverson Marinho Teixeira, Superintendente do INPS deste Estado, nos seguintes termos:

Nós, membros do Diretório e filiados representativos da ARENA, infra-assinados, solicitamos a permanência do



Escritório Contábil Penafiel, como representante legal e legítimo do INPS, em Ubatã. Baseamos nos seguintes termos:

Considerando que na época difícil, setembro de 1971, ninguém pretendia o posto, pois implicava em viagens semanais a Maringá, por estrada de barro, e Conrado Álvaro Penafiel ficou sendo representante até 1976, época em que eleito Vereador e, por formalidades legais e que incompatibilizavam com o cargo de Vereador, foi criado o Escritório Contábil Penafiel, sendo titulares: Orlando Duin Filho, executante e Dona Maria Aparecida Duin Penafiel, respectivamente cunhado e esposo do Vereador em questão.

Considerando ser o terceiro Vereador da ARENA mais votado do Município de Ubatã; considerando ter sido candidato pela aquiescência e pedido do Presidente Estadual da ARENA, Dr. Afonso Alves de Camargo Neto, hoje Senador da República; considerando que na representação subsiste hoje, duas famílias, a saber: Orlando Duin Filho, três pessoas e de Conrado Alves, Penafiel, dez pessoas; considerando que a representação atual, tem correspondido e atendido normalmente, todos os interessados que procuram; que os signatários deste, desconhecem quaisquer irregularidades.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência permite um aparte?  
**O SR. EDILSON ALENCAR** — Logo em seguida, concederei com todo prazer.

Considerando louvável, o atendimento pela Superintendência, ao pedido do Deputado Federal, que possui o mando político local, isto contudo, não representa o consenso da maioria, dos membros da ARENA de Ubatã.

Na certeza de que o senso da justiça e solidariedade humana de Vossa Excelência, reconhecidamente político-militante, interessado antes, de aglutinar as forças da ARENA, que desagregá-las, pesará de modo decisivo no desfecho da presente questão: ou seja a permanência do Escritório Contábil Penafiel, representante do INPS local, o que contribuirá para manter coesa a agremiação arenista que subscrevemos.

Assinam, Sr. Presidente e nobres Deputados, este documento, altas autoridades do Partido do Governo de Ubatã, como o Sr. Osmar João Bertoli, Presidente do Diretório; Thomaz Laurentino, Tesoureiro do Diretório; Dr. Amaro Chimenes, Secretário do Diretório; Joaquim Ferreira Lúcio, Vice-Prefeito e membro do Diretório; Dr. José Rodrigues Neto, membro-Delegado do Diretório; Valdemar Fernandes Dias, membro do Diretório; e ex-Vereador; Satei Yatsumoto, Membro do Diretório e ex-Vereador; Pedro Haratayde, Membro do Diretório; Wilder Bordin, Membro do Diretório e ex-candidato a Prefeito; Luiz Souza Guerra, Membro do Diretório; Júlio Batista Correia, Membro do Diretório e ex-Vereador; José Acyr Boeiro de Castro, Presidente da Câmara de Vereadores; Valdir Miguel Lemes, Membro do Diretório; Horácio José Ribeiro, Vereador; Eudécio Carreira, Vereador; Antônio Ferreira, Vereador; Áureo Zanprônio, Vice-Presidente do Diretório e ex-Prefeito Municipal.

Razão pela qual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Cleverson Marinho Teixeira, não ouviu as lideranças do seu partido e da sua cidade e nós aqui estamos, como Deputado da Oposição, não para defender companheiros do nosso Partido, mas para praticar justiça e fazer justiça com quem merece, com um cidadão pacato, honesto e decente, de Ubatã.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência permite um aparte?

**(Assentimento)** — Sr. Deputado, nós estamos vendo Vossa Excelência em mais um pronunciamento, Deputado Edilson Alencar, em que concerne a nossa admiração por Vossa Excelência na defesa de seu povo e de sua agremiação; agora mais satisfeitos ficamos, apesar de não termos nada com Ubatã, de ver Vossa Excelência defendendo a nossa agremiação, a ARENA. Vossa Excelência defendendo, renhidamente o nosso partido, naquele local.

Vem Vossa Excelência atacar, um dos responsáveis pelo INPS, um dos homens de gabarito, Deputado Federal, ex-Deputado Federal, Dr. Cleverson Teixeira.

Ficamos satisfeitos ao ver Vossa Excelência trazer pronunciamento em nome dos arenistas. É que Vossa Excelência concorda com a ARENA em gênero, número e causa, porque Vossa Excelência vem dizer que os homens da ARENA estão com a razão.

Onde está e onde estão, Sr. Deputado, a hombridade do povo do MDB daquela região, que precisa, para se escudar, da assinatura de homens arenistas há pouco criticados por essa mesma tribuna, por Vossa Excelência e por seus colegas.

Neste instante, na hora de fazer uma apologia ou demagogia, serve a assinatura dos arenistas; porque não serve para dizer ao Brasil e ao Paraná que a ARENA está com a razão; porque não serve a assinatura dos arenistas, para dizer que temos razão, Deputado Edilson Alencar, com a devida vênua que tenho por Vossa Excelência e com os arenistas daquela região, ou esta região não tem responsável pela ARENA ou Vossa Excelência está claudicando numa ingerência indébita, em vir a esta tribuna, e dizer em nome do nosso povo que nós estamos com a razão, e atacar o nosso Diretor, o nosso Presidente e Delegado do INPS, Dr. Cleverson Teixeira, que é um homem honesto, e não vamos admitir críticas.

Ou Vossa Excelência se atrela conosco, ou, por gentileza, não fale em nome dos arenistas. Porque a ARENA é responsável, e irá levar esta nau do Brasil para um porto seguro, embora Vossa Excelência esteja claudicando. Agradeço a Vossa Excelência pela defesa do povo arenista. Muito obrigado, e conte com o nosso apoio, desde que defenda os arenistas, mas também, defenda o nosso responsável pelo INPS, o ilustre Deputado Federal Dr. Cleverson Teixeira, que é um homem honrado, e que há de por os seus homens para dirimir e dirigir os destinos de suas agências. E é neste instante que admiro, vir Vossa Excelência, ao invés de ler um manifesto do pessoal do MDB, ir ler um manifesto do pessoal da ARENA.

Muito obrigado porque Vossa Excelência é advogado.

Muito obrigado em nome da ARENA.

**O SR. EDILSON ALENCAR** — Agradeço a Vossa Excelência a intervenção.

No entanto, gostaria de dizer a esta Casa que nada temos de pessoal contra o cidadão honrado Cleverson Marinho Teixeira. Temos apenas, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, contra a posição do atual Superintendente do INPS, de privilegiamento de elementos neste Estado, e a nossa posição parece até ser "sui-generis" no Estado: Um Deputado do MDB defendendo um Vereador da ARENA, porque até o momento, Sr. Presidente, até agora, não vi ainda os Deputados da ARENA que receberam voto da população de Ubatã, mormente desse Vereador que está sendo massacrado, ser defendido nesta Casa.

É preciso, no entanto, um Deputado do MDB defender um Vereador da ARENA.

É realmente difícil, é realmente inacreditável, mas isto está acontecendo, porque o que nós não podemos é permitir que um homem idôneo, um homem pobre seja massacrado, simplesmente porque não votou em Cleverson Teixeira, ou porque não votou em Roberto Galvani; o que tem a ver os funcionários do Instituto Nacional com este caso? Que têm a ver os pacatos funcionários do interior deste Estado, a pagar por esta perseguição que está esparramada por todo este Estado.

E não é apenas um Ubatã, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Foi preciso até em São José dos Pinhais - disseram-me ontem, o próprio Governador do Estado, interferir para resolver a situação grave que estava ocorrendo lá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive hoje a maior insatisfação, em receber um comunicado do Dr. Cleverson Teixeira

para que eu o visitasse em seu gabinete. Seria uma honra para mim poder dialogar com o Superintendente.

No entanto, tendo em vista os inúmeros afazeres em nosso gabinete, limitei-me a telefonar.

Telefonei, e cinco minutos de conversa foram suficientes para ouvir dele uma afirmativa: "Esse caso de Ubatã não mais me pertence. Vai ser resolvido pelo Ministro Jair Soares".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, que autoridade tem então o Superintendente do INAMPS, que não consegue resolver um pequeno problema ocorrido no interior do Estado, que precisa mandar esses problemas para o Ministério da Previdência?

Que capacidade tem esse cidadão para dirigir o INPS? Que autoridade tem Cleverson Marinho Teixeira, para dirigir o INPS, para continuar à frente desse órgão previdenciário, no Estado?

É necessário então, para o bom andamento deste Instituto Previdenciário, o seu afastamento imediato, para tranquilidade da família previdenciária do Paraná.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Sabe Vossa Excelência que concede-me este aparte, neste momento, que estou perfeitamente à vontade para falar neste caso.

Inicialmente, quero dizer-lhe que conheço o Superintendente do INPS de há longa data. É um moço íntegro, capaz e não tem ligação política nenhuma com Ubatã, não disputou eleições lá, nada tem com os dois candidatos; tenho perfeito conhecimento disso, pois sou amigo dos dois candidatos a essa função no INPS. Agora, nós, nesta Casa, estamos para defender os interesses do povo. E tanto um quanto outro, são capazes; o que está saindo e o que está entrando.

Nobre Deputado, creio que a justificativa da indicação de outro nome, só pode ser o seguinte: Vossa Excelência disse que Conrado A. Penafiel tinha sido credenciado, e que eleito Vereador, organizou uma firma para que ficasse responsável por esse credenciamento. Não é verdade.

O INPS contrata serviços e não nomeia ninguém. Contrata o serviço das áreas rural e urbana. E para esse serviço, é necessário uma firma, um escritório de representação. E quando Conrado A. Penafiel foi credenciado, já existia esse escritório de representação, do qual era chefe.

Com sua eleição para Vereador, talvez ele tenha alterado o seu contrato social, colocando o seu cunhado e não comunicou ao INPS. E, pela regulamentação do INPS, é proibido ao Vereador exercer essa função.

Se não foi comunicado, e o INPS tomando conhecimento de sua indicação, pediu a substituição. Agora, como vai substituir? Alguém teria de informar pessoas de bem, pessoas que tivessem condições de dirigir aquele serviço.

Cleverson Teixeira, como ex-Deputado, um dos mais votados, e como tal, deve ter algum conhecimento, pediu informações ao Deputado Galvani, que, por sua vez, deve ter ouvido as lideranças locais. Deve ter ouvido o seu Companheiro de chapa, que é nosso Deputado Francisco Escorsin.

Agora, Vossa Excelência traz aí um requerimento irresponsável, porque conheço todos esses nomes que aí estão. É o Presidente da ARENA, ex-Prefeito, Vereadores, pessoas que merecem o nosso respeito, mas que não se manifestaram na época, e tenho certeza que o Deputado Escorsin deverá verificar isso aí e entrar em contato. Para o Superintendente do INPS nada tem contra um ou contra o outro, que, não o Conrado que não pode, mas se o seu sucessor que foi colocado, talvez sem notificar o INPS, porque ele fez um contrato de serviço com o Conrado. Quando ele saiu, deveria ter mandado uma cópia da alteração do Contrato Social, para que o INPS referendasse. Isso talvez não tenha sido feito.

É o motivo da troca, mas tenho certeza, que quando o Superintendente disse a Vossa Excelência que o caso não mais lhe pertencia, ele deveria, mediante este requerimento, com

estes nomes, a indicação do Deputado, ele deve ter encaminhado ao Ministério da Previdência para que ele tomasse a decisão. Nada existe contra um ou contra o outro.

Agora, cabe a nós, como Deputados, defender o interesse do povo, e aí Vossa Excelência faz uma defesa pessoal. Claro, respeito porque conheço o Conrado que está saindo. Sei que é um moço pobre, precisa do emprego, concordo com Vossa Excelência, mas não vejo aí nenhum prejuízo em termos do Município de Ubatã, não vejo nenhum prejuízo.

Então, porque criticar o Superintendente e falar até em troca do Superintendente, quando ele está fazendo uma alteração que ele tem direito de fazer, porque o Conrado é que falhou não comunicando, mas ele não tem nada contra o funcionamento. Que seja um, o Chico da Brahma a que Vossa Excelência fez referência, o baixinho evangelista que é também suplente de Vereador, um moço bem conceituado e tem o nome de Chico da Brahma, Vossa Excelência sabe porque. Porque foi o representante da Brahma naquele município, mas todos os dois são respeitáveis e tenho a certeza que o Superintendente do INPS haverá de ver o que deve fazer. O teste, como foi feito ao Conrado, quando assumiu aquele posto do INPS, veio a Curitiba fazer um estágio: deve ver o Superintendente e o outro que está substituindo, se tem condições. Pode ficar esse ou o Chico da Brahma ou um terceiro. Isto aí é coisa que cabe ao Superintendente resolver, e não vejo motivo para crítica sobre a medida, que é uma medida doméstica, é uma medida interna, lá do INPS.

Agradeço o aparte.

**O SR. EDILSON ALENCAR** — Ouvi atentamente o aparte de Vossa Excelência.

No entanto, gostaria apenas, respondendo as afirmações do nobre Deputado, dizer que o Deputado Francisco Escorsin nos corredores desta Assembléia, ficou realmente entristecido com a notícia do despejamento do escritório de Ubatã. Não tomou iniciativa da tribuna nesta Casa mas se manifesta entristecido contra este abuso, contra esta ingratidão, a um cidadão pacato e chefe de família de Ubatã.

O que houve e está havendo neste Estado, Sr. Presidente, é a valorização do tão combatido e tão famigerado comando político, e vejam até que ponto um Superintendente do INPS deixa de acatar o Diretório do seu Partido de uma cidade grandiosa deste Estado, deixa de ouvir os apelos da própria Oposição de uma cidade. Deixar de ouvir um apelo de um Deputado oficial do Prefeito, ao ouvir apenas por desejos pessoais talvez por interesses egoísticos, muitas vezes, beneficiar um Deputado Federal que só agora conheceu Ubatã, nas eleições passadas. Este é o mal que está imperando no INPS, e a notícia de que a responsabilidade nos acertos e nas conduções dos problemas relacionados com o INPS deste Estado, está sob a responsabilidade daqui para frente, do Ministério da Previdência Social, então não é possível mais o Paraná permitir que um homem sem autoridade, sem competência para dirigir o Instituto, permaneça à frente dele, levando a intranquilidade, o medo e o pânico à grande família previdenciária deste Estado.

**O Sr. Palácios** — Vossa Excelência permite um aparte?

**(Assentimento)** Nobre Deputado Edilson Alencar, politicamente a área de Ubatã não me pertence, e por isso mesmo não entrarei propriamente no mérito da defesa que Vossa Excelência vem fazendo do Vereador da ARENA de Ubatã.

Contudo, não posso concordar com Vossa Excelência, quando afirma que Cleverson Teixeira, ex-Deputado Federal, homem experiente, moço que conheço de longa data, seja um homem incapaz, um homem que através dos seus atos tem levado a intranquilidade ao Paraná, ou tem deixado de contribuir para que o INPS cumpra as suas finalidades.

E por isso mesmo, peço o aparte para não concordar com estas afirmações de incapacidade ou de parcialidade daquele



cidadão. E também, por ver uma certa incongruência no seu pronunciamento, que é até um pouco contradizente. Porque Vossa Excelência solicita que seja substituído o Superintendente do INPS, por este ter substituído um outro representante do INPS, do FUNRURAL, se não me engano.

O SR. EDILSON ALENCAR — Não foi bem isso o que falei.

O Sr. Palácios — Então, vejo esta invalidação através das suas próprias palavras, que Vossa Excelência pede a substituição por não concordar com uma substituição feita. E devo dizer que esse homem tem bem conduzido os destinos do INPS. E, se por acaso cometeu algum erro, é porque está fazendo alguma coisa. Porque, só não erram os que nada fazem; só são passíveis de erros aqueles que nada produzem. E por isso mesmo, eu me colocaria em defesa de um erro, ou até, vamos dizer, me proporia a ajudá-lo a consertar, ou colocar as situações no lugar, se houvesse erro, evidente.

Mas, não concordo e acima de tudo, acredito que, muito embora louvável a presença nesta tribuna, para defender alguns homens da ARENA que naturalmente disputam liderança com outros homens da ARENA local, eu pediria a Vossa Excelência que, muito embora seja louvável a sua atitude, gostaria que desse um tempo ou uma oportunidade para que a ARENA resolvesse o seu problema.

E até me proporia, com relação ao Dr. Cleverson Teixeira, evidentemente, a colaborar com Vossa Excelência nesse sentido. Não entro, deixo bem claro, no âmbito local, porque não o conheço. E como bem disse o nobre Deputado Gilberto Carvalho, o cidadão que está por deixar pelas razões alegadas por ele e as alegadas por Vossa Excelência, muito embora seja também um homem digno, e o fato dele deixar de ser representante, isto não tiraria dele nenhuma dignidade. Pelo contrário, o fato de ter sido representante já o dignificou. Naturalmente, o outro também tem dignidade para exercer o cargo.

O importante é que o povo de Ubitatã não deixe de receber os benefícios e continue sendo sempre bem recebido pelo INPS.

Agradeço a Vossa Excelência, a gentileza do aparte.

O SR. EDILSON ALENCAR — Lamento dizer a Vossa Excelência que parece não ter entendido bem a nossa exposição. O pedido de afastamento que ora faço do Superintendente do INPS do Paraná, não deve-se ao fato apenas de ter ou de tentar pretender substituir um representante do INPS no interior do Estado. Refiro-me à sua incapacidade de resolver o problema. Porque ontem ele dizia a mim, telefonicamente, que este problema de Ubitatã não era mais com ele, mas que estava entregue sob a responsabilidade do Ministro da Previdência deste País.

Esta é a razão do nosso pedido veemente, razão pela qual da sua incapacidade, na solução deste pequeno problema, se nos pequenos problemas surgidos até hoje ele precisa se socorrer do Ministério da Previdência, então nos grandes, a quem ele irá ocorrer, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre orador que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

No entanto, consulto à Liderança do MDB se fará uso do seu orário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente. Ao Deputado que está na tribuna, mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) — Vossa Excelência terá mais cinco minutos dentro do horário reservado ao MDB.

O SR. EDILSON ALENCAR — Tem o aparte o Deputado Francisco Escorsin.

O Sr. Francisco Escorsin — Nobre Deputado Alencar.

Reconheço os méritos e os qualificativos de Vossa Exce-

lência, no entanto, lamento em discordar do vosso pronunciamento.

Represento Ubitatã há doze anos, e conheço perfeitamente sua situação vigente. Sei dos atritos políticos lá existentes entre Vereadores da ARENA e do MDB com o Prefeito Municipal.

O atual Vereador que é demissionário do credenciamento do Escritório do INPS em Ubitatã, já por diversas vezes, diante do seu comportamento funcional, diante dos apelos da própria coletividade, exigiu que fosse substituído e a Liderança política da ARENA, representada pelo Deputado Federal Roberto Galvani, houve por bem indicar para substituir no credenciamento do INPS de Ubitatã, a esposa, não sei o nome dela, de um funcionário municipal da Prefeitura.

E por estas razões, que lamento discordar do pronunciamento de Vossa Excelência, e posso também reafirmar dos qualificativos do atual Superintendente do INPS, Dr. Cleverson Teixeira, suas intenções são patrióticas, ele visa tão somente atender os reclamos da coletividade de Ubitatã e do nosso Estado.

Era o aparte.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço a manifestação de Vossa Excelência. No entanto, para terminar, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, desejo nesta oportunidade fazer um apelo aos nobres Deputados que me apartearam nesta tarde. Alguns deles, como o Deputado Palácios, manifestando seu desejo na solução deste problema de Ubitatã.

Resta apenas esperar, esperar para que, quem sabe, uma família, vários filhos pequenos, não pereçam, não passem necessidades neste Estado, em virtude de uma perseguição política que está entranhada neste Estado, levando a intranquilidade à família previdenciária. Isto hoje, depois de vários telefonemas recebidos em meu gabinete, em minha residência, quando dizia-me um funcionário do INPS que está existindo, realmente, intranquilidade, medo e pânico naquele Instituto.

E esta situação está sendo causada porque o atual Superintendente está procurando dismantelar ou afastar os funcionários antes nomeados por Reinhold Stephanes, e em lugar deles, montando uma outra fábrica de votos para as próximas eleições.

Queira Deus que este problema não tenha continuidade neste Estado, para o bem da família previdenciária do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário restante à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Brasil inteiro assistiu ontem, a votação no Congresso Nacional do projeto oficial da Anistia. Em verdade, como não pretendemos nos prolongar aqui, basta registrar tão somente que a aprovação da anistia pretendida está aquém daquela que a consciência nacional estava e está a exigir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que a Oposição brasileira levantou a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, há dez anos atrás, durante todo este tempo, aos poucos foram somando o trabalho de tantos outros organismos, que representam os segmentos sociais brasileiros; e o instante máximo quando não mais somente o MDB, a Oposição partidária, mas sim as Igrejas, principalmente a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a OAB, em todas as seccionais. Igualmente a Associação Brasileira de Imprensa, os comitês de anistia espalhados em todo o Brasil, quer universitário feminino ou comitês de organizações estatais.

Mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sentimos o estu-dante, as lideranças sindicais através dos seus sindicatos, o professor através das suas associações e entidades de classe, também assistimos lutando pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, toda a classe de intelectuais, artistas, e a própria imprensa brasileira.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, assim mesmo não foi possível sensibilizar o Governo. Assim mesmo, não foi possível sensibilizar a maioria numérica do Congresso Nacional. Por que? Porque este projeto saiu dos laboratórios do Planalto já definido. Porque foi mais uma demonstração de força do regime, em vez de atender a consciência, a conclamação nacional; este Governo impôs um projeto, demonstrando, mais uma vez, a sua pretensão de forças; pois, no instante em que disse e pregou que na essência esse projeto não seria alterado, ele definiu que estava demonstrando que era autoritário e arbitrário, que estava querendo, mais uma vez, dar a expressão máxima e a medida da sua força à sociedade brasileira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também queremos tirar fatos novos da votação de ontem. Apesar desta demonstração de força, apesar dos mecanismos de controle do Governo sob sua maioria partidária, mesmo assim, tão somente cinco votos distanciaram a Anistia que a Nação exige e aquela que o Planalto pretende conceder.

E, por esta razão, se três Deputados tivessem ousado, como tantos outros ousaram em dar demonstração prática de democracia e de liberdade, nós teríamos hoje a anistia como a Nação precisava e precisa. Apenas e tão somente cinco votos distanciaram; e isto tem outra prova que é preciso aqui destacar, Sr. Presidente: o véu de subserviência está começando a ser retirado desta maioria parlamentar apenas e tão somente, numérica. Porque quando alguns Deputados, alguns homens públicos do Partido da Situação, eleitos sob esta cobertura de subserviência e de apoio incondicional ao Regime, reagiram e votaram com as pretensões da sociedade brasileira, e a luta das oposições brasileiras, isto significa que o regime acabou sendo arranhado na sua substância, porque com todos os mecanismos de controle sobre esta maioria acabou parte desta maioria, indo com a consciência nacional e aceitando o eco da voz de todos aqueles que clamam por direitos humanos e para por-se um fim, apagar-se e por-se no esquecimento, as arbitrariedades, as violências que pontificaram durante esses quinze anos de regime de ditadura.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este talvez seja também um fato novo, importante a destacar, e deixamos aqui a pretensão do MDB e desses segmentos sociais, pelo que se nota, que a luta continuará como em outras fases da história da anistia do Brasil; nós chegaremos ainda, talvez em menos de ano, à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, própria dos povos e dos governos que pretendem, efetivamente, uma conciliação nacional.

Por essa razão, Sr. Presidente, gostaria de, neste instante em que praticamente se conquista apenas uma fase, lutar efetivamente para que a anistia continue em todos os seus setores.

Basta, antes de terminar, dar tão somente um exemplo até da mesquinhez do projeto oficial que foi aprovado, porque, enquanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto se disse e se falou tanto em terroristas, e terroristas são pessoas que pegaram em armas, seqüestraram, etc. etc. Este projeto acabou anistiando os que estavam fora do País, e no entanto, aqueles que estão nas prisões não foram atingidos; está aí a prova da incoerência. Os mesmos atos, praticados por diferentes pessoas; só porque estavam no estrangeiro foram anistiados, e no entanto, aqueles que estão presos hoje, não foram atingidos pela Anistia.

**O Sr. Waldyr Pugliesi** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Bem, todos nós sabemos que esta Anistia, ao invés de cicatrizar feridas, na realidade vai abri-las. Olha aqui, nós temos hoje nos jornais, uma notícia que foram localizados dois corpos de desaparecidos: de Dênis Antônio Casemiro e Luiz Eurico Lisboa. Foram presos, torturados e mortos. Desapareceram e agora se descobriu o corpo desses dois lutadores pelas liberdades democráticas no País. Mas, aqueles que os prenderam, os torturaram e os mataram, vão ser

beneficiados por este projeto de Anistia do Governo, através do § 1.º do Art. 1.º, onde se lê: “— que consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza, relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”.

Veja o absurdo a que chegamos: aqueles que foram presos, torturados e mortos, estão agora aparecendo nas listas que o Governo está dando ao conhecimento da Nação. E aqueles que praticaram esses crimes, contra esses patriotas, estão sendo anistiados por este projeto mentiroso, mesquinho, rasteiro, que essa Ditadura insensível, sem se sensibilizar, inclusive com greve de fome de brasileiros que estão há 38 dias fazendo esse verdadeiro martírio físico.

Nobre Deputado, acho que já se falou demais até nesta Casa, a respeito das posições do MDB, e eu fico com Vossa Excelência, quando diz que a luta continua.

Ontem, pelas ruas de Curitiba, essa vontade ficou expressa nas ruas, ficou expressa essa vontade de continuidade de luta, nas praças públicas.

É o que faremos, porque não vamos aceitar, como estão dizendo, nem indulto, nem graça e nem perdão. Nós vamos conquistar a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, através da luta. O SR. NELTON FRIEDRICH — Nobre Deputado, o indulto

é uma figura jurídica para crimes comuns, numa benevolência pré-natalina da Presidência da República, e além do mais, quando há o indulto, os processos daqueles atingidos pelo indulto, tão somente são colocados de lado, mas o seu nome consta ainda do rol dos culpados.

Mas, a Anistia, não; é o esquecimento, é a extinção efetiva de qualquer punidade. Eis a diferença fundamental que a Nação brasileira talvez precise mais do que nunca conhecer para não confundir o que o Governo pretende, agora, trazer como indulto; indulto para criminoso comum; indulto significa tão somente uma figura jurídica para, numa benevolência pré-natalina o Presidente da República atingir alguns presos de bom comportamento.

Mas, o que precisamos, efetivamente, é a anistia ampla, geral e irrestrita.

Obrigado, Sr. Presidente. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**(Lê):** “Encontra-se tramitando nesta Casa, o anteprojeto de iniciativa do Governador Ney Braga, e que tem por objetivo proporcionar o enquadramento, no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, daqueles servidores admitidos e que prestam serviços com base no regime da Lei n.º 6508/73.

Parece oportuno que neste momento se enfatizem as razões e o cunho eminentemente social desse projeto. Convém, de início, lembrar que nesse grupo de servidores estão compreendidos desde operários braçais e zeladores até profissionais detentores de habilitação de nível superior, notadamente professores de ensino de 1.º e 2.º graus da rede estadual de ensino, cujos contratos devem ser renovados periodicamente, além de se submeterem, no caso dos servidores de menor nível, a remunerações que por vezes não chegam ao valor de um salário-mínimo regional. Foi com esta categoria que primeiro se preocupou o Governo, exatamente por se tratar de servidores humildes, que há muitos anos vêm prestando sua colaboração ao Estado, a despeito da situação funcional em que se encontram.

Um Governo que propõe como sua diretriz fundamental a preocupação com o bem-estar do homem, assim como a disseminação desse bem-estar a todos os pontos do território paranaense, não poderia deixar de adotar medidas concretas que — como esta e várias outras que já vêm de ter adotado — efetivamente acarretem benefícios para o seu quadro de servi-

dores. E nesse contexto deveriam merecer atenção prioritária exatamente aqueles que, ao longo de anos e anos de serviços prestados, não tinham ainda uma situação funcional definida e o amparo amplo e total da legislação que rege o funcionalismo público estadual.

Dentre os servidores que, pelo projeto, passarão a integrar o Quadro Único de Pessoal, com amparo total do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, além de lhes ser garantida a contagem, para todos os efeitos legais, do tempo de serviço prestado sob o regime legal anterior, situam-se 6.500 trabalhadores braçais e das categorias de serviços auxiliares e serviços profissionais, que terão, além de todos os benefícios mencionados, sensível melhoria de vencimentos.

Avulta, portanto, nitidamente, o alcance social e humano do projeto no que respeita a esta ampla categoria de servidores que, geralmente, permanecem em menor destaque no calor do debate público que se instaurou em torno da situação dos professores, também abrangidos pelo mesmo projeto. De fato, ao contrário do que ocorre com os suplementaristas da área do magistério, cujas assembleias e demais iniciativas empolgam o debate sobre a questão, os humildes serventes — igualmente beneficiados — quase não têm como fazer chegar ao público os seus clamores, circunstância que deixa encoberta uma das facetas mais significativas do projeto de lei, quanto ao ponto de vista social.

Na realidade, também no caso dos professores suplementaristas que serão beneficiados pelo Projeto, as reivindicações em favor de outros anseios do magistério — os quais, por mais justos e procedentes que possam parecer, não se ajustam com precisão ao objetivo básico do projeto — têm produzido o efeito de desviar a atenção de muitos, do aspecto eminentemente social da iniciativa do Governo.

Após a implantação do regime da Lei Complementar nº 7, mais conhecida como o Estatuto do Magistério Paranaense, e até que se desse início, no ano passado, ao processo de realização periódica de concursos para ingresso no Quadro Próprio do Magistério, o Sistema Estadual de Ensino vinha se valendo exclusivamente da contratação de professores suplementaristas para atender às exigências da expansão do atendimento escolar, notadamente para a extensão da escolaridade de 1.º grau, até a 8.ª série, e para a implantação do 2.º grau em inúmeras regiões do Estado ainda não atendidas. É preciso que se entenda que sob a designação de "professores suplementaristas" normalmente se confundem duas categorias de professores: aqueles que, já sendo detentores de um cargo do Quadro Próprio do Magistério, com o padrão de 22 horas semanais de trabalho e amparados pelo Estatuto do Magistério, são designados para ministrarem uma carga adicional de aulas extraordinárias; e aqueles que, não tendo vínculo com o Quadro Próprio do Magistério, são designados temporariamente e em caráter precário para ministrarem aulas, sob o amparo exclusivo da Lei nº 6508.

Dado que, desde 1971, não se realizavam concursos para ingresso no magistério oficial, estas duas categorias vieram se ampliando ao longo do tempo. Obviamente, era de preocupar o crescimento do contingente de professores não regidos pelo Estatuto próprio. A própria classe vinha de há muito, reivindicando uma definição da situação desses mestres, muitos deles com mais de 10 anos de serviços prestados ao Estado. Além disso, esses professores poderiam ser preteridos na atribuição de aulas suplementares, face à concorrência dos professores efetivos, os quais, por disposição legal, têm prioridade na designação. Essa instabilidade, foi razão fundamental que levou o Governador Ney Braga a propor ao Poder Legislativo a integração desses professores no Serviço Público Estadual, assegurando-lhes a garantia de um emprego permanente, do trabalho continuado e, conseqüentemente, do sistema regular de assistência e previdência social do Estado.

O projeto do Executivo procura conciliar de forma justa e humana as reivindicações da classe do magistério com o interesse da administração. Se atentássemos para este interesse, certamente a melhor forma de dar solução ao problema seria a simples abertura de concurso público para ingresso na carreira do magistério oficial do Estado. Mas, do ponto de vista parcial, este caminho poderia implicar na marginalização de centenas de mestres com longa folha de serviços prestados, e que, pelas mais diversas razões, até mesmo de ordem familiar, não viessem a ser classificados no certame. Através da lei, cujo projeto se encontra em análise nesta Casa, tais professores terão uma situação estável e segura no Serviço Público, a partir da qual poderão, em igualdade de condições com os professores efetivos do Quadro Próprio do Magistério, disputar nos concursos públicos que serão abertos periodicamente o acesso ao segundo padrão de 22 horas semanais de trabalho, aí já no Quadro Próprio do Magistério.

Não se pretende que esses professores fiquem estagnados numa parte suplementar do Quadro Único do Pessoal. Na realidade, a permanência nesse Quadro deve ser vista como uma fase transitória — Mas durante a qual os beneficiados estarão amplamente amparados — até que possam passar para o Quadro Próprio do Magistério através dos concursos públicos.

Apenas isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio.

— **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 97/79, de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, no seguinte teor. (Lê):

"O art. 6.º passa a ter a seguinte redação:

"O Estatuto, aprovado pela Assembleia Legislativa, fixará atribuições, competência, estrutura complementar e demais condições para o pleno funcionamento da FIDEPAR, respeitadas as disposições legais cabíveis".

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979"

Necessita de apoio. — **Apoiada.**

Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 97/79, de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, no seguinte teor. (Lê):

"Acrescente-se:

"Art. . . . . A FIDEPAR somente contratará professores após a realização de concurso público de provas ou de títulos, dando preferência a profissionais radicados no Paraná".

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.979".

Necessita de apoio. — **Apoiada.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 98/79 e 97/79. — **Aprovado.**

De acordo com o requerimento acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 98/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 77/79), que autoriza aquele Poder a abertura de crédito especial no montante de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), para atender despesas de pessoal. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Com Prazo Constitucional. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/79, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. nº 73/79), que objetiva instituir a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, com personalidade jurídica de direito privado e vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos

Humanos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação o projeto e emendas.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa posição, inclusive com encaminhamento das duas emendas, sentindo que a votação é tão tranqüila aqui deste projeto, mesmo com a manifestação contrária da Oposição, é tão somente para tentar, através destas emendas, aumentar um pouco o controle do Poder Legislativo sobre mais este organismo, mais esta entidade que o Estado se propõe a instituir, a criar. A nossa posição, tem sido da bancada votar abertamente e continuar da mesma forma em que pese todos os Deputados do MDB até este instante, votaram contrariamente a criação da FIDEPAR.

Mas, usamos neste instante, exatamente da palavra para que fique bem claro que estas emendas buscam, sabendo que a maioria votará favoravelmente à criação da FIDEPAR, aumentar um pouco o controle do Poder Legislativo. Porque a posição permanece a mesma, Sr. Presidente. Porque nós temos apenas algumas colocações rápidas ainda a fazer.

Por que o Governo, Sr. Presidente, extinguiu um órgão de pesquisa e treinamento a serviço da pequena e média empresa, o curso do CEAG - Centro de Assistência Gerencial, para em troca formular agora este projeto FIDEPAR?

Realmente uma resposta que não poderá ser dada. Mas não é difícil de entender, Sr. Presidente. Enquanto o primeiro órgão tinha pautado sua orientação pelos interesses da pequena empresa, e neste sentido desenvolvia cursos que, procurando mostrar a situação e o papel da empresa menor, acabavam por denunciar o caráter da política econômica desenvolvida pelo Governo do Paraná, e inclusive pelo Governo ora no cargo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste Estado, desde então e mais ainda na atual direção do Governo do Estado, todos os instrumentos da área econômica ficaram e ficam a serviço dos interesses de alguns grupos locais e especialmente dos interesses monopolistas como vimos na direção do Estado, na gestão Jayme Canet Júnior e que aqui se instalaram tais grupos, com todos os privilégios que nunca foram oferecidos efetivamente aos empresários paranaenses.

Agora surge mais um órgão, a FIDEPAR, uma assessoria burocrática e gerencial, que as expensas do dinheiro público, deverá se sobrepôr às várias instituições de pesquisa e planejamento, procurando orientar a economia do Estado da forma que beneficiará, com certeza, na mesma linha, outros monopólios, outras grandes empresas.

Não é este o caminho que interessa aos paranaenses. O fracasso da política de desenvolvimento industrial perseguida nesses últimos quinze anos é evidente. Até a burocracia faliu no País. Nem a propaganda intensiva do governo consegue esconder os parcos resultados obtidos e os imensos prejuízos sociais criados e ocasionados por esta tendência e atingindo a maioria da população.

O MDB não pode ficar numa posição, neste aspecto de convivência, e portanto, por isso votou e tem votado contra a FIDEPAR, embora a questão é aberta. Porque a sua posição é de defesa dos interesses populares, dos interesses da pequena empresa, responsável pela maior parte da produção do nosso Estado e do Brasil.

Por isso Sr. Presidente e Srs. Deputados, não pretendemos ser inclusive paradoxal, mesmo fazendo emendas nós atingimos o todo na nossa posição, coerentes com as manifestações já que ditas, o todo que digo a FIDEPAR. E por esta razão a nossa manifestação, e mais uma vez contrários a criação do Instituto. Mas como entendemos que a maioria, mais uma

vez na sua subserviência votará favoravelmente a FIDEPAR, que ao mesmo possam essas emendas serem atendidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Continua em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, questão de ordem. Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa defere e fará a verificação de votação.

A Mesa solicita aos Srs. Deputados um momento de atenção para a votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 97/79, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei n.º 97/79, queiram levantar-se. — (Pausa).

31 Srs. Deputados aprovam;

10 Srs. Deputados rejeitam.

**Aprovado o projeto.**

Em votação a Emenda n.º 1, de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, já apoiada.

(**Lê a emenda**).

— Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS -- Pela ordem, Sr. Presidente.

Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). -- A Mesa defere. (**É procedida a verificação de votação**) — (Pausa).

11 Srs. Deputados aprovam; 31 Srs. Deputados rejeitam.

**Rejeitada a Emenda n.º 1.**

Em votação a Emenda n.º 2, de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, já apoiada.

(**Lê a Emenda**).

**Rejeitada a Emenda n.º 2.**

Passaremos à apreciação das demais matérias constantes da Ordem do Dia:

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 113/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "Guarda Mirim de Goioerê", com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL, da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 149/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Goioerê", com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 56/79, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a "Obra do Berço de Mandaguaçu", com sede e foro no Município de Mandaguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 64/79, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública a "Sociedade Paranaense de Ciências Neurológicas", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 72/79, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que dispõe sobre férias não gozadas e já prescritas e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H. por unanimidade. -- EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 77/79, de autoria do Deputado RENATO BERNARDI, que declara de utilidade

pública a "Associação Maringaense de Odontologia", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem Governamental n.º 78/79), que dá nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 7.079, de 08/01/79, no qual autorizava a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para atender despesas com o Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que reduz os acréscimos que incidem sobre contribuições previdenciárias em atraso, junto ao Instituto de Previdência do Estado - IPE. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 84/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CPSJ — que se encontrarem em atraso com suas contribuições será concedida redução sobre a multa, juros e correção incidentes, nas seguintes condições:

a) redução de 80% (oitenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta lei;

b) redução de 70% (setenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei;

c) redução de 50% (cinquenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 2.º — Os benefícios desta lei se estendem aos contribuintes que já obtiveram parcelamento de seus débitos, incidindo a redução apenas sobre as parcelas vencidas.

Art. 3.º — O IPE expedirá, em 10 (dez) dias, as instruções complementares que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

#### JUSTIFICATIVA:

São inúmeros os servidores que, por motivos diversos, se licenciam da função pública. No entanto, como não perdem a condição de funcionários, subsiste sua vinculação ao sistema previdenciário do Estado, e, por consequência, a obrigação de recolherem as contribuições devidas ao IPE.

Em se tratando de uma contribuição compulsória, em caso de infortúnio, tal obrigação se transfere aos herdeiros, de cujos benefícios são deduzidos todos os débitos, trazendo-lhes, por vezes, sérias dificuldades.

É débito, também se encontram muitos serventuários da Justiça, da categoria dos não remunerados pelos cofres públicos, notadamente os titulares de pequenas serventias, de rendas inexpressivas. Estes serventuários não recolhem com a regularidade desejada as contribuições devidas à Carteira de Pensões, sendo agravada a situação pela circunstância de prever a lei, seu desligamento do sistema previdenciário.

Sabido por todos, que tais atrasos não decorrem, sistematicamente, de negligência pura e simples, mas de carências econômico-financeiras que afligem grande parte da população brasileira.

A acumulação de multas, juros e correção monetária inci-

dentes sobre as contribuições em atraso, certamente, tornam cada vez mais difícil, senão impossível, a regularização dessa situação.

A exemplo do que vem de fazer o Governo Federal, deve e pode o Estado, pelos meios a seu alcance, concorrer para minorar as dificuldades apontadas. A redução dos acréscimos derivados da mora, da falta ou impontualidade do pagamento é o instrumento mais adequado, se usado, como no projeto, por tempo limitado e com a indispensável moderação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 84/79

Visa o nobre Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, com o presente projeto de lei, reduzir os acréscimos que incidem sobre contribuições previdenciárias em atraso, junto ao Instituto de Previdência do Estado - IPE, nas bases que especifica, e dá outras providências.

Analisando a matéria, bem como, a justificativa que o acompanha, temos que é das mais meritórias, pois visa estabelecer critérios para redução sobre contribuições previdenciárias incidentes, junto ao IPE, devidas por Servidores inscritos naquele Instituto, e pensionistas Serventuários da Justiça.

Na atual situação em que se encontra a classe do funcionalismo público estadual, a medida, por certo, virá de encontro aos interesses daqueles que devido a certas conjunturas, estão em débito com o Instituto de Previdência.

A norma aqui adotada, vem sendo usada pelo Governo Federal, com os débitos do INAMPS.

Sob o aspecto constitucional e legal, não vemos qualquer óbice que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL. É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/79, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", da cidade de Matelândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 85/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. de Matelândia, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Matelândia, constituiu-se em entidade jurídica de finalidades filantrópicas e sócio-assistenciais da Maternidade e da Infância. Legalmente constituída e preenchendo todos os requisitos legais, além de desenvolver um trabalho de grande relevância na comunidade matelandiense, a APMI daquele município necessita da declaração de utilidade pública estadual, para desenvolver com maior intensidade os seus objetivos propostos. Para tanto, contamos com a aprovação dos Senhores Pares.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 85/79

De autoria do nobre Deputado Tércio Albuquerque, o presente Projeto de Lei n.º 85/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À

MATERNIDADE E À INFÂNCIA - A.P.M.I. de Matelândia, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente  
EZEQUIAS LOSSO - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/79, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "Fundação Educacional de Foz do Iguaçu - FUNEFI". Parecer FAVORÁVEL, da C.C.J., por unanimidade. —

**Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 86/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU - FUNEFI, com sede e foro no Município e Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

**JUSTIFICATIVA:**

A Fundação Educacional de Foz do Iguaçu - FUNEFI, instituição de caráter técnico, educativo e cultural, constituída por tempo indeterminado, com personalidade jurídica de direito privado, destinada a manter cursos de primeiro, segundo e terceiro graus, na forma estabelecida pelos Sistemas Federal e Estadual de Ensino. Os objetivos da Fundação, conforme expressa o Estatuto da entidade são: promoção na educação em todos os níveis e graus, a educação de base e a educação permanente, a elaboração de programas globais de educação e cultura, destinados a atender as necessidades do município; promover a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de recursos humanos para as diversas atividades de empreendimentos públicos e privados e promover estudos e pesquisas nos domínios da ciência e da educação.

A Fundação Educacional de Foz do Iguaçu tem desenvolvido relevantes serviços na área educacional do município, tendo sido declarada de utilidade pública municipal, em 25 de setembro de 1978.

No último dia 07 p.p., o Excelentíssimo Senhor Presidente da República assinou decreto, autorizando o funcionamento dos Cursos Superiores de Administração e Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu, cuja manutenção será exercida através da FUNEFI.

Firmando nossa solicitação nesses aspectos e nos demais que achamos desnecessário considerar, contamos com a aprovação dos Senhores Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 86/79

De autoria do nobre Deputado Tércio Albuquerque, o presente Projeto de Lei n.º 86/79, tem por objetivo declarar de utilidade pública, a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU — FUNEFI —, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Da análise do processo pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e esta-

dual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente  
EZEQUIAS LOSSO -- Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Liga das Damas de Caridade de Jandaia do Sul", com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 88/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "LIGA DAS DAMAS DE CARIDADE DE JANDAIA DO SUL", com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche as finalidades a que se propõe e tem por fim desenvolver a ação social em todos os seus aspectos e promover o aperfeiçoamento intelectual, moral e religioso, não só de suas associadas, como também de todos aqueles que com elas queiram cooperar na prática da caridade cristã.

Por último, esta Liga das Damas de Caridade de Jandaia do Sul, manterá e administrará a Creche Paroquial "Raio de Luz".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 88/79

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente projeto de lei n.º 88/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "LIGA DAS DAMAS DE CARIDADE DE JANDAIA DO SUL", com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos, que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO -- Presidente  
EZEQUIAS LOSSO --- Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 92/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO", com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1979.

(a) AIRTON CORDEIRO

**JUSTIFICATIVA:**



Esta entidade atende todos os requisitos exigidos em lei para seu reconhecimento como de utilidade pública, além de, efetivamente, prestar relevantes serviços à comunidade de Paranaguá. Dedicar-se à alta tarefa de atender menores de seis meses e seis anos de idade e é dirigida por senhoras abnegadas, dotadas de extraordinário valor humano. Pela obra social que desempenha, a Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário é merecedora da declaração proposta presentemente.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 92/79

O Projeto de lei do ilustre Deputado Aírton Cordeiro visa tornar de utilidade pública a "Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário", com sede e foro na cidade de Paranaguá.

O presente projeto está perfeitamente caracterizado com as exigências da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que rege sobre o assunto.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 91/79, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 03/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que denomina "Dr. João Ribeiro Júnior", a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR", com sede na cidade de Londrina. Com parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Caxambu, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Carlos Zanlorenzi e Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Ivanoski, ocorrido em Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Léo Zappe, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento subscrito por diversos Srs. Deputados, lido da tribuna pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho, encaminhando sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que envie Mensagem Aditiva à de n.º 72/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Requereria que faça constar da Ata que a aprovação deste requerimento foi por unanimidade do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e fará a devida anotação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 116/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de reconhecimento do povo do Paraná ao grande Estadista Brasileiro, ex-Presidente Juscelino Kubitschek. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um monocal telefônico para o Distrito de Prado Ferreira, Município de Miraselva. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi e José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do I.P.E., visando a instalação de uma agência do referido órgão na cidade-sede do Município de Rolândia. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rede Capital de Jornalismo (Rádio Capital) pela excelente cobertura, quando da votação do projeto Anistia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Rádio Paiquerê, de Londrina, através de seus diretores, contendo voto de congratulações, pela inauguração de suas novas dependências. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos democratas que votaram no Congresso Nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, em número de 195, entre eles 12 arenistas. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao DETRAN, em forma de apelo, no sentido de que seja dispensada a apresentação de atestado de antecedentes e contas de luz, água e telefone para obtenção de carteira de motorista. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à Sociedade Thalia, pela concessão de um Título de Sócio Honorário ao Governador Ney Braga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Dr. Justino Alves Pereira, pela sua eleição para a presidência nacional das A.P.A.E.S. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tulio Zanchet, lido da tribuna, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que se efetive a estadualização do percurso da hoje rodovia municipal Pato Branco a Francisco Beltrão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Pinto Dias e Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados para participar do II Congresso Estadual de Municípios, a ser realizado pela Associação Estadual dos Municípios, na cidade de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa solicita aos Srs. Líderes que façam as devidas indicações para atender o referido requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando a im-

implantação do sistema monocal na Vila São Camilo, Município de Palotina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e a Fundação Universidade Estadual de Londrina, encaminhando expediente oriundo da Loja Maçônica "Rui Barbosa", da cidade de Sertãozinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, a fim de que seja estudada a viabilidade da instalação de uma agência desta rede bancária na sede municipal de Alto Piquiri. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Rio Sul Serviços Aéreos Regionais S/A., no sentido de que a referida empresa inclua em sua rota, vôos de Campo Mourão a Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de punir os responsáveis pela invasão da cadeia pública de Piraquara. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Quero, nesta oportunidade, louvar a atitude do Deputado Mário Celso, quando, num direito legítimo que lhe assegura o mandato parlamentar, pretende com este requerimento, com este pedido de informações, informar à população, principalmente do Município de Piraquara, sobre as ocorrências lastimáveis ocorridas há alguns dias atrás, naquela cidade, quando um contingente da Polícia Militar do Estado invadiu a Delegacia de Polícia daquele Município, para de lá retirar um homem, um assassino, que encontrava-se preso naquela delegacia.

Quero, como representante daquele município na Assembleia Legislativa, informar ao nobre Deputado Mário Celso, que tomamos todas as providências necessárias, em conjunto com o Prefeito Municipal, Dr. Luiz Fernandes, com Vereadores que integram a Câmara Municipal de Piraquara, com o Deputado Federal que representa aquele Município, Deputado Mário Braga Ramos, e junto ao Secretário de Segurança Pública, levamos ao conhecimento de Sua Excelência aquelas ocorrências lastimáveis, que nós, como representante daquele município, jamais poderíamos concordar.

Sua Excelência o Secretário de Segurança Pública, tam-

bém lamentou o ocorrido e fez expedir um ofício, dando satisfação à população de Piraquara, ao seu Prefeito, aos Vereadores que integram a Câmara daquele município. Mandou instaurar um inquérito policial, para apurar a veracidade dos fatos. De modo que tomamos todas as medidas necessárias para preservar a autonomia do nosso município, e para colocar acima de qualquer dúvida a honestidade de propósitos, a lisura com que o Delegado Ari Cavalcanti, que dirige há mais de 10 anos aquela delegacia, vem se conduzindo a contento de toda a população daquele município.

De modo que eu queria dar ao nobre Deputado Mário Celso, estas explicações e colocá-lo a par das providências que tomamos, e, inclusive, da lisura e das providências que foram tomadas pelo Secretário da Segurança Pública, no sentido de esclarecer a opinião pública de Piraquara, e o de colocar a população daquele município a par das providências que foram tomadas, com relação ao inquérito que fora aberto para apurar a veracidade dos fatos, e para que o criminoso seja realmente julgado.

As informações que recebemos, Sr. Presidente, eminente Deputado Mário Celso, é de que o elemento da Polícia Militar que fora assassinado por um dos agentes que presta serviço naquela delegacia, encontrava-se preso na Delegacia de Polícia de Piraquara, e a informação que receberam era de que esse preso estava sendo ameaçado, razão porque esse contingente da Polícia Militar que, tentando preservar seu companheiro, o retiraram de lá para levá-lo a uma dependência do Quartel da Polícia Militar.

Até certo ponto válida era a intenção daqueles homens. Mas, não podemos concordar com a invasão que fizeram na Delegacia de Polícia de Piraquara.

Por isso, Sr. Presidente, quero louvar a atitude do nobre Deputado Mário Celso e dizer-lhe que as providências que tomamos foram no sentido de preservar a autonomia de nosso município, de preservar a autonomia, a dignidade e a lisura com que o Delegado Ary Cavalcanti vem se comportando naquela Delegacia de Polícia. E, acima de tudo, para preservar o direito que temos, como representante do povo, de, nas ocasiões como esta, levantar a nossa voz em favor dos homens que representamos nesta Casa.

Porque, foi lá, em Piraquara, que conquistamos, com o apoio dos líderes daquele município, os três mil votos que se vieram a somar aos de outros municípios e nos garantiram uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Continua em votação.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia marcada anteriormente. Levanta-se a sessão.